

ATO N. 710/2019/PGJ

Fixa cargos de provimento comissionado na estrutura de apoio técnico e administrativo do Ministério Público.

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, no cumprimento das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 19, inciso XIX, alínea 'a', da Lei Complementar estadual n. 738, de 23 de janeiro de 2019 – que consolida as Leis que instituem a Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Santa Catarina,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição que detém autonomia administrativa, nos termos do art. 127, § 2º, da Constituição Federal,

CONSIDERANDO que os cargos que compõem os quadros dos cargos de provimento efetivo e em comissão do Ministério Público foram lotados na estrutura de apoio técnico e administrativo de seus órgãos pelo Ato n. 385/2013/PGJ, devendo a sua fixação, no interesse do serviço público, se dar por Ato do Procurador-Geral de Justiça, e

CONSIDERANDO a publicação da Lei Complementar n. 746, de 3 de outubro de 2019, que criou cargos de provimento em comissão na estrutura de apoio técnico e administrativo do Ministério Público,

RESOLVE:

Art. 1º Fixar 1 (um) cargo de Assessor Jurídico, nível CMP-2, do quadro de provimento em comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 746, de 3 de outubro de 2019, na Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Art. 2º Fixar 1 (um) cargo de Assessor Jurídico, nível CMP-2, do quadro de provimento em comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 746, de 3 de outubro de 2019, na Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

Art. 3º Fixar (um) cargo de Assessor Jurídico, nível CMP-2, do quadro de provimento em comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 746, de 3 de outubro de 2019, no Núcleo de Gestão Técnica do Centro de Apoio Operacional Técnico - CAT.

Art. 4º Fixar 1 (um) cargo de Assessor Jurídico, nível CMP-2, do quadro de provimento em comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 746, de 3 de outubro de 2019, no Apoio Técnico do Centro de Apoio Operacional Técnico - CAT.

Art. 5º Fixar 2 (dois) cargos de Assessor em Comunicação, nível CMP-3, do quadro de provimento em comissão do Ministério Público, criado pela Lei Complementar n. 746, de 3 de outubro de 2019, na Coordenadoria de Comunicação Social.

Art. 6º O Anexo II do Ato n. 385/2013/PGJ passa a constar com as alterações apresentadas no Anexo I do presente Ato.

Art. 7º Este Ato entra em vigor a contar de 9 de outubro de 2019.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE.

Florianópolis, 9 de outubro de 2019.

FERNANDO DA SILVA COMIN
Procurador-Geral de Justiça

ANEXO I

ATO N. 710/2019/PGJ

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA	
SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS	
Cargo	Quantidade
Assessor Jurídico	1
SUBPROCURADORIA-GERAL PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	
Cargo	Quantidade
Assessor Jurídico	1
NUCLÉO DE GESTÃO TÉCNICA – CENTRO DE APOIO OPERACIONAL TÉCNICO (CAT)	
Cargo	Quantidade
Assessor Jurídico	1
APOIO TÉCNICO DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL TÉCNICO (CAT)	
Cargo	Quantidade
Assessor Jurídico	1
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	
Cargo	Quantidade
Assessor em Comunicação	2